

## MEMÓRIA SELETIVA

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Em um mundo ideal, o Brasil, como global trader, deveria preferir que negociações comerciais futuras ocorressem no âmbito da Organização Mundial de Comércio. À medida que são improváveis resultados concretos de uma nova rodada de negociações multilaterais no médio prazo, a segunda melhor alternativa é a realização simultânea de negociações regionais na Alca e com a União Européia, mesmo que nos dois casos o cardápio de temas não coincida exatamente com os melhores interesses comerciais do País. De certa forma, a realização de negociações simultâneas substituiria, embora em formato mais pobre, as negociações multilaterais, dado que o comércio com os dois conjuntos de parceiros corresponde a quase 80% do comércio exterior brasileiro.

Reporta-se que teria sido assinalada, no Itamaraty, a utilidade de uma negociação com a União Européia, para fazer contraponto à negociação com os EUA na Alca. Teria sido sugerido que isso significaria repetir a situação vivida no início da Segunda Guerra Mundial, quando Getúlio Vargas teria "jogado com a possibilidade de apoiar tanto o Eixo quanto os Aliados". Não é uma má idéia tratar de retirar da história lições úteis para a condução da política econômica externa, mas é fundamental que duas condições sejam atendidas. Em primeiro lugar, é importante que a análise do passado seja razoavelmente acurada e convincente. Em segundo lugar, é essencial que a memória não seja exageradamente seletiva.

A visão da diplomacia varguista baseada na tentativa de exploração da alternativa alemã como instrumento de barganha para extrair benesses dos EUA é pelo menos incompleta. A política dos EUA em relação ao Brasil a partir de 1934 foi de clara minimização de conflitos, corolário do compromisso dos EUA com o multilateralismo. As dificuldades entre Washington e Buenos Aires também contribuía para que o Brasil fosse uma "ditadura mais aceitável do que outras". A partir de 1939, acumularam-se as concessões americanas ao Brasil. Vargas podia até acreditar que pudesse extrair algo tentando apresentar a alternativa alemã, por exemplo para Volta Redonda, como minimamente realista, mas os documentos diplomáticos em Washington liberados desde então indicam que este jogo não era levado a sério pelos EUA.

Por outro lado, houve tentativas brasileiras muito mais recentes e mais bem caracterizadas de abrandar o poder de barganha americano, utilizando o contrapeso europeu, que não têm sido lembradas. Em meados da década de 70, a deterioração das relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, somada ao sobressalto criado pelo grande choque de preços de petróleo em 1973-74, tornou momentaneamente atraente a aproximação com a República Federal da Alemanha. A pretensa racionalidade econômica de tal reorientação da política externa brasileira estava associada a um programa nuclear que incluiria, além da instalação de oito usinas nucleares, com capacidade total de 10.000 MW, o controle da tecnologia de enriquecimento de urânio. A dificuldade de perceber que dificilmente um aumento da geração de energia elétrica em centrais nucleares seria relevante para minorar uma crise que era fundamentalmente de oferta de combustíveis, somada a problemas relacionados tanto à construção das primeiras usinas nucleares quanto ao efetivo acesso à tecnologia de enriquecimento de urânio, resultou em retumbante e custoso fracasso do programa. Seguiu-se,

como corolário, o melancólico colapso político da tentativa de diversificar o foco tradicional da política externa brasileira.

Ainda quando estertorava a aproximação com Bonn, baseada na cooperação nuclear, ocorreu outro episódio em que foi tentada, sem sucesso, uma aproximação com a Europa em oposição aos interesses imediatos dos EUA. Nas negociações que antecederam o lançamento de nova rodada de negociações multilaterais no General Agreement on Tariffs and Trade (Gatt), em Genebra, antes da reunião de lançamento da Rodada Uruguai, no fim de 1986, em Punta del Este, houve a ilusão de que seria possível uma concertação entre o G-10, do qual fazia parte o Brasil, e as Comunidades Europeias. O interesse do Brasil e da Índia, e de uns poucos outros países de expressão limitada, era evitar que os chamados novos temas, especialmente serviços, propriedade intelectual e medidas relacionadas a investimentos estrangeiros, fossem incluídos na agenda das negociações, em detrimento dos temas tradicionais. O interesse europeu, por outro lado, era atenuar a ênfase americana na liberalização agrícola. Haveria espaço para acordo entre os dois lados, retirando a ênfase em novos temas e agricultura, mas, após negaceios da parte europeia, o G-10, e particularmente o Brasil e a Índia, foram deixados em posição isolada em Punta del Este, tendo de contentar-se com uma cosmética divisão das negociações em duas partes, pretensamente estanques, uma das quais restrita a serviços. A aproximação entre os representantes do Brasil e das Comunidades em Genebra certamente não se refletiu em posição coordenada entre Brasília e Bruxelas em Punta del Este, para grande dissabor brasileiro.

Embora a possibilidade de uma aproximação com Bruxelas seja interessante como forma de compensar parcialmente a assimetria entre os pesos dos EUA e do Brasil em uma negociação comercial hemisférica, o retrospecto histórico sugere claramente as dificuldades de garantir a operacionalidade de tal aproximação. Será necessário um trabalho político sustentado de aproximação com a União Europeia, por meio do qual seja possível assegurar a aceitação, especialmente nos estados membros de maior importância relativa, das efetivas vantagens estratégicas de uma aproximação econômica e política com o Mercosul. Para que isso seja viável, é necessário que a substância econômica da aproximação seja mutuamente reconhecida e a aproximação política engaje os mais altos níveis decisórios nos dois lados do Atlântico.

Banho-maria não vai resolver.